



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

ANDREZA DE MORAIS BATISTA

**RESPONSABILIDADE COM A MEMÓRIA CULTURAL: o papel das políticas
públicas na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida**

CAMPINA GRANDE
2015

ANDREZA DE MORAIS BATISTA

RESPONSABILIDADE COM A MEMÓRIA CULTURAL: o papel das políticas
públicas na Biblioteca das Obras Raras Átila de Almeida

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Programa de Pós-
graduação em Gestão Pública, como
requisito do processo de avaliação.

Orientador(a): Prof^a Ms. Sônia Maria
Lira Ferreira

CAMPINA GRANDE
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B333r Batista, Andreza de Moraes
Responsabilidade com a memória cultural [manuscrito] : o papel das políticas públicas na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida / Andreza de Moraes Batista. - 2015.
44 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.
"Orientação: Profa. Ma. Sônia Maria Lira Ferreira, Filosofia".

1.Memória Cultural. 2.Políticas públicas. 3.Acervo documental. 4.Arquivo. 5.Biblioteca. I. Título.

21. ed. CDD 027.4

ANDREZA DE MORAIS BATISTA

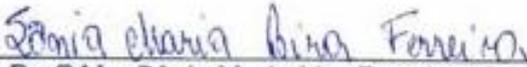
RESPONSABILIDADE COM A MEMÓRIA CULTURAL: o papel das políticas públicas na Biblioteca das Obras Raras Átila de Almeida

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, como requisito do processo de avaliação.

Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovada em: 21/03/2015.

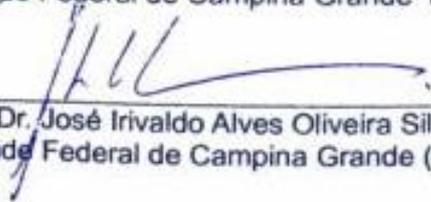
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Sônia Maria Lira Ferreira (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Ms. Alex Bruno do Nascimento
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

DEDICO

À Deus primeiramente
que faz brilhar na minha mente
a Luz que lhe é própria.

À minha família e aos que escolhi
que assim fossem por me fazerem feliz.
A todos vocês, dedico.

À Sr^a Ruth de Almeida e família
que presenteou o povo e a Paraíba
com um dos acervos mais raros do mundo.

À Joseilda Diniz, cara amiga e Doutora,
que é mais que uma consultora
é a maior e melhor defensora desse tesouro cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre a Deus
E aos anjos seus:
Meus guias, minhas forças.

À minha mãe, meu pai e minha irmã:
Companheiros do ontem, do hoje e do amanhã
No caminho do amor incondicional.

A Eduardo meu cunhado e amigo
Irmão que não tive e preciso
Da fraternidade que nele há.

À minha amada prima Luana Morais
Que sem sua ajuda eu jamais
Teria conseguido concluir este trabalho.

A Andréa Arruda minha amiga parceira
Codinome Princesa Guerreira
Misto de sensibilidade, inteligência e superação.

À Élide pela longa e duradoura amizade
Que com o passar do tempo e da idade
Está sempre presente na minha vida.

A Sônia Maria Lira Ferreira minha orientadora
Decisiva e significativa colaboradora
Deste trabalho que muito me honra fazer parte.

À prof^a Joseilda Diniz pela generosidade.
Ao seu profissionalismo, compromisso e integridade
Minha merecida gratidão.

A todos e a todas, enfim.
Que desejaram o melhor para mim
Ao longo dessa trajetória.

RESUMO

Com o processo de globalização que, simultaneamente, integra povos e culturas e desintegra manifestações culturais locais e de menor expressão, a guarda da memória - pessoal e coletiva - tem sido um desafio para o homem e, por isso, ele vem investindo na busca de mecanismos artificiais capazes de armazená-la. Para tanto, a humanidade cria arquivos a partir das máquinas e elabora mapas de instrução de acesso a eles: tudo para não correr o risco de perder as informações que, vertiginosamente são capturadas de diversas formas. Trata-se de uma obsessão caracterizada pelo medo do esquecimento, ou seja, da perda das memórias e das tradições pessoais e locais que os indivíduos vivenciam na atualidade. É importante considerar a memória como resgate de tradição a partir do exercício da lembrança de fatos passados que, de alguma forma, deixaram vestígios, de experiências vivenciadas entre indivíduos considerados sujeitos do conhecimento e da ação política, conscientes do lugar histórico que ocupam. Diante desse contexto, realizamos esse trabalho que teve como objetivo analisar as políticas públicas da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida-BORAA, no tocante a infraestrutura e segurança do acervo documental; conceituar Arquivo e Biblioteca (pública e particular); descrever o perfil da Biblioteca Átila; averiguar as condições de infraestrutura e segurança da BORAA; apresentar proposta para o aperfeiçoamento das políticas públicas. O fenômeno de estudo teve como fundamento a pesquisa empírica de abordagem qualitativa e do tipo exploratória. De acordo com os resultados obtidos, confirmou-se hipótese de que a Biblioteca Átila de Almeida carece de políticas públicas, visto que tanto os problemas quanto as soluções a serem consideradas são ignoradas pelos atores públicos responsáveis por tais ações, dessa forma, torna-se inviável o empenho técnico-científicos em prol de melhorias estruturantes.

Palavras-chave: Memória Cultural. Políticas Públicas. Acervo Documental. Arquivo. Biblioteca.

ABSTRACT

With the globalization process that simultaneously integrates people and cultures and disintegrates local cultural events and lesser degree, to the custody of memory - personal and collective - has been a challenge for man and therefore it has been investing in search artificial mechanisms to store it. Therefore, humanity creates files from machines and prepares access statement maps to them: everything not to run the risk of losing the information that is captured dramatically in several ways. It is an obsession characterized by fear of forgetting, that is, the loss of memories and personal traditions and that individuals experience today. It is important to consider the memory as tradition rescue from the exercise of the past events memory that somehow, left traces of life experiences between individuals considered subject knowledge and political action, aware of the historic place they occupy. In this context, we conducted this work was to analyze public policies of Rare Books Library Attila de Almeida-BORAA, in respect of infrastructure and security of documentary collection; conceptualize Archives and Library (public or private); describe the profile of Attila Library; check on the condition of infrastructure and security of BORAA; tender for the improvement of public policies. The study of phenomenon was based on the empirical research of qualitative approach and exploratory. According to the results, it was confirmed hypothesis that Almeida Attila Library lacks public policies, since both the problems and the solutions to be considered are ignored by public actors responsible for such actions thus becomes unviable technical and scientific commitment to the structural improvements.

Keywords: Cultural Memory. Public Policy. Documentary collection. Archive Library.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Conceituando Arquivo e Biblioteca	14
2.2 As raízes da Memória e a Memória socialmente construída.....	18
2.2.1 O conceito de Memória na Grécia Antiga	18
2.2.2 A Memória como uma construção social	19
2.3. Cultura: conceitos e história.....	21
2.3.1 Conceitos de Cultura	21
2.3.2 A História da História Cultural.....	22
2.4. Políticas Públicas: os conceitos necessários	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 Caracterização da Pesquisa	27
3.2 Problematização	28
3.3 Objetivos	28
3.3.1 Geral.....	28
3.3.2 Específicos	28
3.4 Universo e amostragem	29
3.5 Campo Empírico	29
3.6 Instrumento de Coleta de Dados.....	29
4. APRESENTANDO RESULTADOS.....	29
4.1 Proposições para a Bora.....	29
4.1.1 Infraestrutura	30
4.1.1.2 A localização	31
4.1.2 Segurança	32
4.1.2.1 Proteção contra fogo e água	32
4.1.2.2 Proteção contra roubo e vandalismo	33
4.1.3 Projetos: o técnico e científico caminhando juntos	33
4.1.4 A Biblioteca Átila	34
5. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE.....	40

1. INTRODUÇÃO

A origem histórica dos arquivos ocorreu há seis mil anos nas civilizações do Oriente Médio, com o aparecimento da escrita e, com ela, surgiram à ideia de guardar, reunir e organizar os suportes de escrita diante da necessidade que o homem tinha de preservar a sua memória. Os primeiros povos a construir um prédio especial para o arquivo foram os Hititas no século XIV a.C. (MARQUES, 2007).

Por volta dos 400 anos a.C., os gregos criaram os seus arquivos e no ano 350 a.C. os documentos oficiais se concentraram no Metroon no Templo de Cibele.

Em 509 a.C. graças à noção aprofundada que os romanos possuíam sobre os documentos que tinham mais ou menos importância e os que podiam ou não guardar, procediam a eliminação e a partir daí criaram em Roma o primeiro arquivo chamado de “tabularium”, cujo termo vem dos registros esculpidos na Idade Média (MICHAELIS, 2000)

Na Idade Média, houve a cristalização e divulgação do conceito de arquivo, como sendo guardador de memória. Nessa época, com a redução da escrita houve uma diminuição nos arquivos que em sua maioria eram provenientes das classes religiosas e de ordem eclesiásticas ligados mais diretamente a Igreja.

No final do século XII surgiram os primeiros arquivos não eclesiásticos e no século XIV com a intensificação e acumulação de documentos provindos de arquivos distintos para um mesmo depósito, foram criados os primeiros Arquivos Estatais, os quais passaram a ser fonte de pesquisa relacionada à história e de nível acadêmico (MARQUES, 2007).

É importante considerar que os arquivos embora surgidos naturalmente e devido à necessidade de conservação não se limitam, contudo, a serem depósitos de testemunhos materiais. Na verdade, sua função de origem é de viabilizar o acesso aos documentos e informações neles contidos, ou seja, “possibilitar o acesso às informações que estão sob sua responsabilidade de guarda, de maneira rápida e precisa” (ETERNO, S/D)

Ao longo da história o conceito de arquivo mudou em conformidade com as transformações políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram. Porém, com a evolução das atividades produtivas nos diversos setores da sociedade, os

arquivos se tornaram indispensáveis às diversas instituições representativas da sociedade, Igreja, hospitais, organizações, empresas, bancos, entre outras.

Apesar dos novos valores sociais, econômicos e culturais, talvez, a busca pela identidade, seja uma forma de resgatar o que realmente todas as pessoas necessitam adquirir com todas estas mudanças: o direito e o acesso à informação.

A partir do século XX, o termo informação foi sendo incorporado na sociedade como um todo. Para a Ciência da Informação, ele apresenta uma carga semântica polissêmica. Este caráter amplo do conceito de informação nos impulsiona a delimitá-lo no âmbito da proposta desta pesquisa.

Conforme Le Coadic (1994, p.5), “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”, isto é, um dado ou conjunto de dados, código, símbolo, entre outros, que permitem comunicação e interpretações vastas. Segundo Malheiros et al (1999) entende-se por informação (humana e social) o conjunto estruturado de representações (símbolos, significantes) socialmente contextualizados e possíveis de serem registrados em qualquer suporte material e/ou comunicados em tempos e espaços diferentes.

Dessa maneira, a informação materializada como registros das várias memórias torna o acervo documental um valioso instrumento de resgate à medida em que ajuda o pesquisador a descobrir para quem aquela informação registrada (documento) tem relevância e quais as perguntas que ela pode responder (CAPURRO, 2007).

Assim, considerando que a informação é o grande “bem” do mundo atual, que a sociedade contemporânea é a sociedade da informação mais conectada com o conhecimento, os acervos como lugares de memória passam a ser um tema relevante e bastante valorizado, principalmente, por ampliarem as possibilidades de cidadania, na medida em que transformam a informação especializada em conhecimento público, ao torná-la acessível ao maior número de pessoas. Portanto, “faz-se necessário reconsiderar a relação entre acervos documentais e as sociedades onde se originam e cumprem suas funções” (COOK e SHWARTZ, 2004, p.21).

A “inclusão dos processos interpretativos como uma condição *sine qua non* dos processos de informação” (CAPURRO, 2007, p.194) é um grande desafio para as

Ciências Sociais, pois à medida que os sistemas de informação tornam-se globais e interconectados, a informação implícita é, muitas vezes, perdida.

O tema desta pesquisa, por sua vez, abordará as políticas públicas de acervos documentais, atentando para a responsabilidade dos gestores públicos, bem como para o zelo da memória cultural, que sem esta, seria inviável a ideia de construção social.

Neste contexto é preciso assegurar não apenas o acesso aos acervos documentais, sobretudo empenhar-se para assegurar as condições necessárias para a guarda, preservação, disseminação da informação; difusão da cultura e construção da memória coletiva.

O conceito de memória e seu funcionamento passaram a ser estudados de forma sistemática por várias áreas do conhecimento, a partir do século XIX.

Com o passar do tempo, a questão da preservação da memória foi adquirindo cada vez mais a preocupação e a atenção de pesquisadores e estudiosos devido à necessidade que o homem sentiu de conservar sua própria memória.

Objeto de estudo das diversas áreas do conhecimento, a memória passou a ser entendida como elemento fundamental na formação da identidade cultural individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências significativas.

Para maioria dos autores a memória não pode ser vista simplesmente como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária para as ciências humanas. Trata-se da construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais, devendo, portanto ser valorizada e preservada.

Preservar a memória cultural de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim conservar seus pilares constituintes a fim de não perder conhecimentos e identidades.

De acordo com o pensamento iluminista francês, a cultura caracteriza o estado do espírito cultivado pela instrução. “A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (CUCHE, 2002, p.21).

Assim, não se pode deixar de situar os acervos documentais enquanto “lugar de memória”, como instância de representação, de elaboração criativa capaz de expressar e fixar diferentes identidades, individuais e coletivas, num mesmo cenário.

Os acervos documentais constituem, portanto, importantes lugares e suportes de produção do conhecimento, alimentando pesquisas em vários níveis do conhecimento ampliando as possibilidades de cidadania, na medida em que transformam a informação especializada em conhecimento público, ao torná-la acessível ao maior número de pessoas, propondo experiências de leitura inovadoras e instigantes.

Considerando que o aprendizado e o conhecimento sobre processos de memória são fundamentais para a capacitação dos indivíduos na elaboração e compreensão de sua história, de sua habilidade de “fazer história” através dos fragmentos e relatos encontrados nos diferentes “baús”, pessoais, familiares, coletivos e institucionais, sentimos a necessidade de realizar um estudo da memória cultural no que concerne a estrutura física na qual o acervo documental da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida está inserida, tendo como objetivo: analisar as políticas públicas da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida no que toca a estrutura física do acervo documental.

Com o processo de globalização que, simultaneamente, integra povos e culturas e desintegra manifestações culturais locais e de menor expressão, a guarda da memória - pessoal e coletiva - tem sido um desafio para o homem e, por isso, ele vem investindo na busca de mecanismos artificiais capazes de armazená-la e recuperá-la. Para tanto, a humanidade cria acervos a partir das máquinas e elabora mapas de instrução de acesso a elas: tudo para não correr o risco de perder as informações que, vertiginosamente são capturadas de diversas formas. Trata-se de uma obsessão caracterizada pelo medo do esquecimento, ou seja, da perda das memórias e das tradições pessoais e locais que os indivíduos vivenciam na atualidade. É importante considerar a memória como resgate de tradição a partir do exercício da lembrança de fatos passados que, de alguma forma, deixaram vestígios, de experiências vivenciadas entre indivíduos considerados sujeitos do conhecimento e da ação política, conscientes do lugar histórico que ocupam.

Diante do exposto questiona-se: como se configura as políticas públicas da Biblioteca de Obras raras Átila de Almeida?

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceituando Arquivo e Biblioteca

A definição de arquivo é um pouco confusa em virtude do seu duplo sentido. A palavra *archives*, de origem grega, definida no Oxford English Dictionary se refere ao “lugar onde são guardados os documentos públicos e outros documentos de importância”, como também, “ao registro histórico ou documento assim preservado”, ou seja, refere-se tanto ao edifício (espaço físico) como ao documento propriamente dito, respectivamente.

Segundo Schellenberg (2006), a distinção entre a instituição e os materiais de que se ocupa, só se poderá tornar clara pelo uso de termos diferentes para os dois casos. Em seu livro *Arquivos Modernos Princípios e Técnicas*, por exemplo, para esclarecer essa distinção, ele emprega a palavra “arquivo” no singular (archival institution) para designar a instituição, enquanto a expressão “material de arquivo” ou simplesmente arquivos, no plural, (archives) para indicar o material que é objeto da instituição. À esse respeito, Schellenberg (2006, p.37) discorre:

Se analisarmos os elementos destacados nas definições dos arquivistas dos diversos países, veremos que se relacionam tanto a fatores concretos (tangible) como a fatores abstratos (intangible). Os elementos relativos aos fatores concretos – a forma dos arquivos, a fonte de origem e o lugar de sua conservação – não são essenciais à caracterização do material de arquivo, pois os arquivistas, em suas definições, deixam claro que os arquivos podem ter várias formas, podem vir de várias fontes e podem ser guardados em vários lugares.

Para Schellenberg (2006), os elementos relativos a fatores abstratos são os elementos essenciais. Em sua opinião, só existem dois elementos dessa natureza; contudo, considera também um terceiro elemento que, segundo ele, Jenkinson avalia essencial, a respeito do qual não se fará necessário explaná-lo, para que não percamos de vista o foco do nosso trabalho.

O primeiro elemento essencial na ótica de Schellenberg (2006) refere-se à razão pela qual os materiais foram produzidos e acumulados. Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados, na consecução de algum objetivo. Numa repartição do governo, esse objetivo é o cumprimento de sua finalidade oficial.

Schellenberg (2006) ressalva que os arquivistas holandeses salientaram o fato de que os arquivos são “oficialmente recebidos ou produzidos”; que Jenkinson (1922) acentuou que a produção dos mesmos tem origem “no curso de um ato administrativo ou executivo”; e ainda que para Brenneke, os arquivos resultam de “atividades ou de negócios”.

Nesse contexto, Schellenberg (2006) identifica a importância da razão pela qual os documentos vieram a existir. Se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social, são então considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial.

O segundo dos elementos essenciais sobre o qual Schellenberg (2006) discorre, refere-se aos valores pelos quais os arquivos são preservados. Conforme o seu ponto de vista, para que os documentos sejam arquivados devem ser preservados por razões outras que não apenas aquelas para as quais foram criadas ou acumuladas. Essas razões, afirma Schellenberg (2006), que tanto podem ser oficiais quanto culturais, ressaltando o fato de que Jenkinson (1922) em suas várias definições de arquivos ressaltou a preservação por quem os haja criado, seja para a própria informação ou para a própria referência.

Schellenberg (2006) constatou então, que os arquivistas de diversos países, definiram o termo “arquivos” de maneira diferente. Cada qual o definiu segundo o modo como se aplica aos materiais com que lidam. Os holandeses, por exemplo, denominaram arquivos o conteúdo de um *archieff*, ou serviço de registro, e elaboraram regras para o seu arranjo e descrição codificados em um manual. E o arquivista inglês Jenkinson (1922) da mesma maneira definiu arquivos como correspondendo aos antigos documentos públicos dos quais essencialmente se ocupou e elaborou princípios para o seu tratamento aplicáveis particularmente àqueles documentos.

Portanto, é claro, não há uma definição do termo “arquivos” que possa ser considerada final, que deva ser aceita sem modificações e que seja preferível às demais. Afirma Schellenberg (2006, p.38)

Devemos admitir que a razão primordial para a preservação da maioria dos documentos é alcançar o objetivo para o qual foram criados e acumulados, Em se tratando de um governo, este fim, como sabemos, é realização de

sua atribuição. Documentos conservados somente em função dessa finalidade não são necessariamente arquivos. Para que o sejam faz-se mister uma outra razão – a de ordem cultural. São preservados para uso de outros além de seus criadores.

O arquivista moderno, pensa Schellenberg, precisa de fato dar nova definição ao termo “arquivos” de maneira mais adequada às suas próprias exigências. O elemento seleção deve estar implícito, segundo Schellenberg (2006) na sua definição de arquivos, pois o maior problema do arquivista atual consiste em selecionar os arquivos que se destinam à preservação permanente.

Exposto isso, Schellenberg (2006, p.41) define documentos da seguinte maneira:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentais, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função de suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

Ao contrário da definição atribuída a arquivos enquanto espaço físico ou local onde o acervo documental deverá ser conservado, embora essa seja também uma definição de arquivo, o termo “arquivos”, adotado por esse trabalho para designar o nosso objeto de estudo, que é a Biblioteca de Obras raras Átila de Almeida, fundamenta-se na definição que Schellenberg (2006, p. 41) defende, ou seja, arquivos como “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”; bem como na definição de arquivo designada por Marilena Paes (2007, p. 20) enquanto “conjunto de documentos” apenas. Ou ainda, como Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto definem, no Dicionário de Terminologia Arquivística, como sendo o “conjunto de documentos que independentemente da natureza ou do suporte são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas” (1996, p.5).

Sendo assim, pode-se aceitar, agora, que, “para serem arquivos, os documentos devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um

determinado objetivo e possuir valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados” (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

A definição de Biblioteca, por sua vez, segundo o dicionário Aurélio (1986) significa coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para consulta, leitura e estudo.

Origina-se do latim, cujos significados são, respectivamente, livro e coleção ou depósito (CUNHA, 1997), diferenciando-se nesse aspecto do conceito de arquivo que preza pela unicidade do documento, citado nos conceitos anteriores. De acordo com Bellei (2002, p. 30):

O sentido contemporâneo da palavra, porém, faz referência a qualquer compilação de dados registrados em muitas outras formas e não só em livros. O termo pode designar microfimes, revistas, gravações, slides, fitas magnéticas e de vídeo, entre outros materiais. O material mais recente é o livro eletrônico, ebook, criado por um intenso idealismo democratizante de acesso à informação e à leitura.

Com o texto eletrônico a ideia de Biblioteca então se amplia. Algumas nações desenvolvidas dispõem de bibliotecas de vários tipos: nacionais, universitárias, públicas, escolares e especializadas e particulares (MACHADO, S/D)

Martins, por sua vez, (1998) distingue sem grandes pretensões duas espécies de biblioteca: as de conservação e as de consumo ou públicas. As bibliotecas de conservação se referem às nacionais e às especializadas por guardarem livros, manuscritos e outros documentos raros e/ou acessíveis apenas a especialistas. As bibliotecas de consumo são aquelas públicas, abertas a todos os leitores e destinadas à leitura comum.

É sabido que a noção de “público” para essa instituição surgiu depois da Revolução Francesa, quando as bibliotecas e arquivos foram abertos à população. Até então as bibliotecas, principalmente desde o período medieval, tinham como principal função a preservação das obras, sem disponibilizá-las a um público amplo (BRETAS, 2010).

Uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, “organizando a informação para que todo Ser Humano possa usufruí-la” (MILANESI, 1986, p. 15), Estabelecendo um elo com a Cultura, “ela reflete em si o presente e guarda em si o

passado, a memória local [...] elementos que formarão o quadro completo, difícil em sua fragmentação [...] mas que poderão ocupar espaços, como num jogo de montar, no esforço de compreensão da vida (MILANESI, 1986, p. 216).

A biblioteca é, portanto, de acordo com Milanesi (1997, p. 24). “a mais antiga e frequente instituição identificada com a Cultura. Desde que o homem passou a registrar o conhecimento ela existiu, colecionando e ordenando tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos”.

2.2 As raízes da Memória e a Memória socialmente construída

2.2.1 O conceito de Memória na Grécia Antiga

Desde a antiguidade, o conceito de memória aparece nos estudos de vários pensadores. Porém, não se sabe dizer com exatidão onde e quando se originaram. Sabe-se que, por muito tempo, a memória foi considerada pelos grupos da época arcaica como algo sublime religioso, que elevava os mortais ao mundo das divindades. A memória tinha, portanto, um sentido místico, supra individual (BARRENECHEA, 2005).

A princípio, no sexto século a.C., Parmênides pensou que a memória fosse uma mistura de luz e escuridão, de calor e frio. Posteriormente, foi no quarto século a.C., a memória foi introduzida por Platão como a hipótese da Lâmina de Cera. Platão pensou que a mente aceitaria impressões da mesma forma que a cera aceita as marcas de um objeto pontiagudo riscando a sua superfície. Ele assumiu que uma vez feita à impressão, a memória permaneceria até que fosse gasta pelo decorrer do tempo, deixando para trás novamente uma superfície perfeitamente lisa. Esta superfície lisa, naturalmente, seria, conforme ele, equivalente ao esquecimento completo, o aspecto oposto do mesmo processo (www.ufsc.br).

Não obstante, o pensamento arraigado naquela época continuou a se desenvolver com o passar do tempo. Aristóteles, no fim do quarto século a.C. chegou a considerar a memória como a única fonte de recordação e de transmissão de conhecimento de pessoa para pessoa e de geração para geração (PAIXÃO, S/D) e concebida durante mais de dois milênios como uma capacidade individual: a de reter e recordar acontecimentos passados.

Finalmente, no século XIX, a memória passou a ser vista e estudada como uma construção social. A partir daí, foram surgindo novas abordagens e, à noção de

memória, foram associados outros termos como memória individual, memória institucional, memória coletiva, memória social.

2.2 2 A Memória como uma construção social

Nas primeiras décadas do século XX, os dois intelectuais Maurice Halbwachs e Frederic Charles Bartlett estabeleceram as bases da memória, como sendo uma construção social.

De acordo com essa teoria, os indivíduos vivenciam as lembranças do passado a partir das construções realizadas no presente, nas diferentes esferas de interação. A observância que Maurice Halbwachs faz a esse respeito, é de que os indivíduos se recordam de acordo com as estruturas sociais que os antecedem e, vai mais além, quando afirma que há ocasiões em que processos interativos responsáveis pelas construções sociais, são cruciais para compreendermos as memórias coletivas que se constituem.

Na perspectiva de Halbwachs (1877-1945), toda memória é coletiva. Ou ainda, conforme Henry Rousso, seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda” as rupturas, que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui — eis uma banalidade — um elemento essencial da identidade da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1998). Porém, na concepção de Bartlett, entre outros psicólogos como Twlving, os indivíduos estão sempre atribuindo significado as suas memórias, à medida que as estão construindo, compreendendo a memória, como um processo ativo e contínuo de construção do passado, em que o papel desempenhado pelos indivíduos na organização das construções sobre o passado merece atenção, não podendo ser descartada a análise.

Bartlett observa que as formas de recordar variam com as circunstâncias: com pressões que poderiam ser oriundas, ou de um grupo de interesses, ou de determinações sociais. Sua “tese é a de que a memória faz parte do processo de conhecimento e reconhecimento do mundo e de que este processo se define pela busca de sentido” (SANTOS, 2003, p. 55).

No prefácio de *Les cadres*, Halbwachs afirmou que indivíduos lembravam-se do passado ao se colocarem sob a perspectiva do grupo, e que o que importava mostrar era que a memória do grupo realizava-se e manifestava-se nas memórias

individuais. Argumentou que indivíduos estão sempre usando o passado para descrever suas vidas em narrativas coerentes, que representam novas construções do passado. Sua tese central, portanto, foi a de que quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter — por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais — elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1994).

Para Bosi (1979, p.15):

Ao abraçar o campo da memória, Halbwachs rompe com a ideia de memória como sobrevivência de um passado “conservado” em cada ser humano, aflorando à consciência na forma de imagens-lembrança, presente nos sonhos e devaneios.

Maurice Halbwachs parte da tese de que não existe a memória interior de uma pessoa que armazena e recorda suas próprias experiências ao longo do tempo, mas que toda lembrança significativa é um processo socialmente condicionado de reconstrução, que se apoia na estrutura social de relíquias culturais e rituais de comunicação de um dado grupo no presente (NETHAMMER, 1997).

As principais afirmações sobre a memória atribuídas às representações coletivas de Halbwachs para Santos (2003 p. 47) são:

a crença de que as memórias só podem ser pensadas em termos de convenções sociais, denominadas quadros sociais da memória; abordagem a estas convenções a partir do mundo empírico observável, distante portanto, das intenções dos indivíduos; e, a afirmação de que o passado que existe é apenas aquele que é reconstruído continuamente no presente.

De acordo com o exposto, observa-se que Halbwachs procurou nos quadros sociais, o processo em que significados eram atribuídos ao que era rememorado e estabeleceu os fundamentos básicos para a compreensão da memória, como sendo um processo de interação entre indivíduos e entre estes e seu meio. Foi o primeiro em afirmar, que nenhuma lembrança pode existir sem a sociedade. Enquanto Bartlett compreendeu a memória como sendo parte constituinte do pensamento humano e, argumentou que o que denominamos usualmente como percepção e, em grande parte, rememoração, pois o indivíduo utiliza o que ele já guardou de experiências passadas quando percebe algo novo, sem se dar conta de que preenche com sua imaginação as ausências ou falhas presentes em imagens

adquiridas anteriormente (BARTLETT, 1961). Para ele, qualquer percepção é vista como sendo uma atitude de reconhecimento envolvendo julgamento.

Segundo Santos (2003, p 61), “o problema das teorias estabelecidas por Bartlett e por seus seguidores é que elas explicam aspectos de um fenômeno social mais amplo como se fossem as únicas explicações passíveis do que é observado”.

Barros (1989) a partir de Halbwachs, diz que a memória coletiva é o passado que se perpetua e vive na consciência coletiva. A consciência coletiva diferencia a memória coletiva da memória histórica. Quando se estuda memória buscam-se os homens, elementos vivos e depositários de lembranças do passado. No conceito de memória coletiva, portanto, encontra-se a história vivida. Conforme Halbwachs (1990, p. 60), “Não é na história apresentada, é na história vivida que se apoia nossa memória”.

2.3. Cultura: conceitos e história

2.3.1 Conceitos de Cultura

A noção de cultura foi proposta pelos filósofos por volta do século XVIII, quando em um dicionário alemão de 1773 já a incluía. No entanto, o termo cultura se referia apenas às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares, dentre eles, a música folclórica e a medicina popular, bem como a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). Porém, em 1931, o antropólogo Bronislaw Malinowski já havia definido cultura de maneira ampla, abrangendo as heranças de artefatos, processos técnicos, ideias, bens, hábitos e valores. Na verdade em 1871, já se tinha essa concepção ampla de cultura, quando em seu *Primitive Culture*, outro antropólogo, Eduard Tylor, apresentou uma definição semelhante, como o todo complexo que inclui crença, arte, moral, lei, costume, conhecimento, e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade (BURKE, 2005).

Para Abraham Moles (1974), o termo cultura apresenta duas significações: uma pessoal e outra coletiva. No que concerne à primeira, a cultura será acessível operacionalmente através da soma dos atos culturais passados do indivíduo, ou seja, da soma de mensagens que emitira, isto é, o conjunto de suas palavras, seus escritos, suas obras artísticas, enfim, dos elementos do

conhecimento já incorporados à memória, os quais passam a ser chamados de “semantemas” - elementos de significação ou de forma, através do pensamento que o intelectual fabricante de ideias, reúne de forma meio que artificial, ou morfemas que o artista combina em uma obra.

Uma das mudanças mais significativas que se seguiu foi o uso do termo “cultura” no plural e em um sentido cada vez mais amplo.

O conjunto das culturas individuais ou pessoais funda-se na de um grupo social ao qual pertence. Essa junção é denominada por Moles (1974) de significação coletiva, cujo acesso à cultura é relativamente mais fácil, visto que a memória das sociedades é materializada principalmente em mensagens permanentes, através do tempo e do espaço.

A extensão da cultura coletiva notavelmente é maior que a do indivíduo, porém a vida das associações de toda ordem existente entre os elementos de conhecimento ultrapassa em geral, no indivíduo, o que ela pode ser no coletivo ou no grupo. Além do que, concebe-se que o indivíduo representa uma amostragem enviesada dos conhecimentos e ideias dos grupos ou sociedades as quais pertence.

O que o indivíduo incorpora na textura de seu espírito, segundo Moles (1974) é muito mais pela imaginação do espírito imerso na esfera das mensagens, do que pelo progresso racional da educação, certamente mais ordenado, mas que só age durante uma fração restrita da vida; “a escola da vida abrange a escola propriamente dita, é dela que esperamos a maioria dos conhecimentos úteis” (MOLES, 1974, p.20-21).

Na medida em que os progressos do homem enquanto indivíduo e do homem enquanto sociedade, em todos os domínios e sob todos os pontos de vista são somados, podemos chegar à essência da cultura, esta que contribui para a realização espiritual do indivíduo e para o avançar do progresso.

2.3.2 A História da História Cultural

Tomando algumas das linhas principais e mostrando o seu entrelaçamento, a história da história cultural pode ser dividida em quatro fases: a “clássica”; a fase da “história social da arte”, iniciada na década de 1930; a descoberta da história da cultura popular, na década de 1960; e a “nova história cultural”.

A chamada história cultural “clássica” compreendida entre 1800 e 1950 pode ser entendida com o termo “grande tradição”, conforme frase do crítico inglês F.K. Leavis.

Essa “tradição” incluía clássicos de 1860, como *A cultura do renascimento na Itália*, do historiador suíço Jacob Burckhardt; de 1919 como o *Outono da Idade Média*, do historiador holandês Johan Huizinga, nas quais, observou-se a ideia implícita de que o historiador pinta o “retrato de uma época”. Esse período pode também ser chamado de “clássico” no sentido de que foi um tempo em que os historiadores culturais concentravam-se na história dos clássicos, um “cânone” de obras-primas da arte, literatura, filosofia, ciência e assim por diante.

Para Burke, a ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades, os quais são transmitidos e absorvidos de uma geração para a seguinte, respectivamente. E “como múltiplas tradições podem coexistir na mesma sociedade – laica e religiosa, masculina e feminina, da pena e da espada, e assim por diante – trabalhar com a ideia de tradição libera os historiadores culturais da suposição de unidade ou homogeneidade de uma ‘era’...” (BURKE, 2005, P.39).

A crítica marxista que se faz aos historiadores clássicos justifica-se pela afirmação de que os mesmos ignoram os conflitos, superestimando a homogeneidade cultural. Em um ensaio de Eduard Thompson, encontra-se uma expansão dessa crítica, no qual ele chama a cultura de “termo desajeitado”, que faz um amontoado de coisas, omite as distinções entre as culturas das diferentes classes sociais, as culturas dos homens e das mulheres e as culturas das diferentes gerações que vivem na mesma sociedade, como se estas pudessem ser imperceptíveis. Mas, a crítica marxista principal sobre a abordagem clássica da cultura, recai sobre a base econômica e social que lhe falta. É, pois, a abordagem clássica da cultura na ótica marxista, uma abordagem aérea, que “fica no ar”, sem qualquer fixação.

Burckhardt, um dos maiores historiadores culturais da época, deu relativamente pouca ênfase à história dos acontecimentos, preferindo evocar uma cultura passada e salientar o que chamou de seus elementos “recorrentes, constantes e típicos”. Huizinga, por sua vez, declarava, em um dos seus ensaios publicado em 1929, que o principal objetivo do historiador cultural era retratar padrões de cultura, ou seja, descrever os pensamentos e sentimentos

característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte. Para ele, o historiador descobre esses padrões de cultura estudando “temas”, “símbolos”, “sentimentos” e “formas”. Pode-se dizer que a abordagem de Huizinga à história cultural estava preocupada com o estilo de vida de toda uma cultura, bem como com o estilo de pinturas e poemas individuais (BURKE, 2005).

Na Alemanha do final do século XVIII, originou-se além da ideia de “história cultural”, a *Volkskultur*, ou a ideia de “cultura popular”, que só na década de 1960 um grupo de historiadores acadêmicos passou a estudá-la. “Canções e cartas populares, danças, rituais, artes e ofícios foram descobertos pelos intelectuais de classe média nessa época. No entanto, a história da cultura popular foi deixada aos amantes de antiguidades, folcloristas e antropólogos” (BURKE, 2005, p.29).

Bem como a grande tradição e a abordagem marxista, a história da cultura popular colocou problemas que foram ficando cada vez mais aparentes ao longo dos anos. Uma alternativa óbvia para a suposição da homogeneidade cultural é distinguir entre cultura erudita e cultura popular em uma dada sociedade. No entanto, como o conceito de *Zeitgeist* e a ideia de superestrutura, a noção de “cultura popular” tornou-se, ela própria, uma questão em debate.

Um problema para os historiadores da cultura popular é definir se devem ou não incluir as elites, pelo menos em certos períodos. Burke (2005, p.41) explica que:

O que torna a exclusão problemática é o fato de que as pessoas de status elevado, grande riqueza e poder substancial não são necessariamente diferentes, no que diz respeito à cultura, das pessoas comuns.

Nesse sentido, afirma Burke (2005, p.41):

Roger Chartier argumentava que era praticamente impossível rotular objetos ou práticas culturais como “populares”. Focalizando os grupos sociais e não os objetos ou práticas, pode-se argumentar que as elites da Europa Ocidental no começo dos tempos modernos eram “biculturais”, participando do que os historiadores chamam de “cultura popular” e também de uma cultura erudita de que as pessoas comuns estavam excluídas.

Os especialistas por várias vezes sugeriram que as muitas interações entre cultura erudita e cultura popular fossem uma razão para abandonar de vez os dois adjetivos.

O problema é que sem ambos, como descrever as interações entre o erudito e o popular?

Burke responde a essa questão semelhantemente como o fez em relação ao termo “cultura”, quando mostrou que antes mesmo do termo “cultura” se referir de forma restrita às artes e às ciências já havia sido abordado em sentido amplo, muitos anos antes. E então explica que “talvez a melhor política seja empregar os dois termos sem tornar muito rígida a oposição binária, colocando tanto o erudito como o popular em uma estrutura mais ampla” (BURKE, 2005, p. 43).

A história social da cultura se dá na tomada da consciência por parte dos estudiosos britânicos e norte-americanos, com a chegada de um grupo de acadêmicos emigrantes da Europa Central.

Anal, estudioso do assunto, percebeu que a arte de certos artistas revelava as visões e os gostos de uma ampla parcela da sociedade, tratava a cultura, portanto, como sendo um reflexo da sociedade.

Segundo Burke (2005) a ênfase de F.R. Leavis, autor de *The Great Tradition* (1948), está na ideia de que a literatura dependia de “uma cultura social e de uma arte de viver”.

A expressão “nova história cultural” refere-se a uma história cultural mais ampla, que foi enxertada na tradição de Burckhardt e Huizinga dando maior ênfase à chamada “história do cotidiano”. Teve muito sucesso nos Estados Unidos, onde reuniu historiadores da literatura associados ao “novo historicismo”, historiadores da arte e da ciência, bem como o que podemos chamar de historiadores “comuns” ou “normais”. E pode ser vista como um movimento internacional.

2.4. Políticas Públicas: os conceitos necessários

Com a expressão e aprofundamento da democracia as responsabilidades do Estado se diversificaram. Se no século XVIII e XIX seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo, atualmente é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Para isso, desenvolve ações e atua diretamente em diferentes áreas, como saúde, meio ambiente e educação. E para atingir resultados, os governos se utilizam das Políticas Públicas, ou seja: um conjunto de ações e decisões, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade. Noutras palavras, as Políticas Públicas resulta no total de metas, planos e ações que os governos (nacionais,

estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar social e o interesse público.

As ações que os dirigentes públicos selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem demandas ou expectativas da sociedade. Isto é, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade, pois a mesma na possui expressão de forma integral.

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados que se denominam Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui sindicatos, associados e ONGs em geral.

No entanto, recursos para atender a todas as demandas da sociedade e seus diversos grupos são limitados. Conseqüentemente, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa. As disputas na sociedade não devem ser consideradas algo ruim. Os conflitos e as disputas servem como estímulos a melhorias e mudanças na sociedade, se ocorrem dentro dos limites da lei, sem que coloque as instituições em risco.

Assim, o interesse público – aquilo que reflete as demandas e expectativas da sociedade – se forma a partir da atuação dos diversos grupos.

De acordo com Lopes (2008, p.6) “durante a apresentação de suas reivindicações, os grupos tentam obter apoio de outros grupos, mas também sofrem opressão daqueles que têm outras reivindicações contrárias. O interesse público se forma, portanto, por meio da disputa de todos os grupos da SCO”.

Podemos conceituar Políticas Públicas também como “o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) esses interesses” (LOPES, 2008, p.7).

Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma biblioteca - ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de trabalho.

Os grupos que integram o Sistema Político, apresentando reivindicações ou executando ações, que serão transformados em Políticas Públicas são denominados de atores.

Há basicamente dois tipos de atores: os privados (provenientes da Sociedade Civi) e os estatais (provenientes do Governo do Estado, que exercem funções no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos.

Sendo assim, pode-se considerar que “as propostas das Políticas Públicas partem do Poder Executivo, e é esse Poder que efetivamente as coloca em prática. Cabe aos servidores públicos oferecerem as informações necessárias ao processo de tomada de decisão das políticas bem como operacionalizar as Políticas Públicas definidas”. (LOPES, 2008, p.8)

Portanto, para se desenvolver boas Políticas Públicas, entretanto, é necessário planejamento, envolvimento dos setores da sociedade e recursos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

O fenômeno de estudo terá como fundamento a pesquisa empírica que, de acordo com Gil (2007), tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação, ou seja, permite a análise e as conclusões próprias do pesquisador. Segundo Rodrigues (2007, p.42), “é aquela que busca fontes primárias, no mundo dos acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, que se caracteriza por desenrolar-se em ambiente natural”.

A pesquisa utilizar-se-á da abordagem qualitativa. Gil (1991) explica que a pesquisa qualitativa considera que há uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Ainda aborda a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados como itens básicos no processo de pesquisa qualitativa.

Com base na abordagem, a pesquisa caracterizar-se-á pelo tipo exploratório, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses (GIL, 1991).

Com relação ao tratamento do objeto, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (1991, p. 48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No que concerne à pesquisa documental Rodrigues (2007) define como aquela que se vale predominantemente de documentos como fontes de informação. Severino (2008) exemplifica que a pesquisa documental não só utiliza-se de

documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como: jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos apresentados proporcionaram as bases fundamentais para o andamento da pesquisa.

3.2 Problematização

Com o processo de globalização que, simultaneamente, integra povos e culturas e desintegra manifestações culturais locais e de menor expressão, a guarda da memória - pessoal e coletiva - tem sido um desafio para o homem e, por isso, ele vem investindo na busca de mecanismos artificiais capazes de armazená-la e recuperá-la. Para tanto, a humanidade cria arquivos a partir das máquinas e elabora mapas de instrução de acesso a elas: tudo para não correr o risco de perder as informações que, vertiginosamente são capturadas de diversas formas. Trata-se de uma obsessão caracterizada pelo medo do esquecimento, ou seja, da perda das memórias e das tradições pessoais e locais que os indivíduos vivenciam na atualidade. É importante considerar a memória como resgate de tradição a partir do exercício da lembrança de fatos passados que, de alguma forma, deixaram vestígios, de experiências vivenciadas entre indivíduos considerados sujeitos do conhecimento e da ação política, conscientes do lugar histórico que ocupam.

Diante do exposto questiona-se: como se configura as políticas públicas da Biblioteca de Obras raras Átila de Almeida?

3.3 Objetivos

3.3.1 Geral

- Analisar as políticas públicas da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida

3.3.2 Específicos

- Conceituar os termos Arquivo, Biblioteca (pública e particular)
- Descrever a Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida
- Averiguar as condições de infraestrutura e segurança da BORAA
- Apresentar proposta para o aperfeiçoamento das políticas públicas

3.4 Universo e amostragem

Geralmente, em pesquisas empíricas, não se deve trabalhar o universo em sua totalidade. Por isso, é indispensável que se faça uma seleção dos elementos que se pretende estudar, ou seja, um subconjunto representativo deste universo, o qual é denominado de amostra. Vergara (2003, p. 50) considera o universo como sendo “toda a população que abrange um conjunto de empresas, produtos e pessoas, que possuem as características que serão objetos de estudo”. A amostra, por sua vez, é entendida, de acordo com Gil (2007, p. 100), como um “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Sendo assim, o universo adotado nesta pesquisa foi a Universidade Estadual da Paraíba, e no que concerne a amostra, a Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida (BORAA), custodiada pela instituição.

3.5 Campo Empírico

O campo empírico da pesquisa terá como lócus a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida que fica instalada no primeiro andar do prédio administrativo do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), à Rua Baraúnas nº 351, no Bairro de Bodocongó em Campina Grande, Paraíba.

3.6 Instrumento de Coleta de Dados

Para a coleta de informações sobre o fenômeno a ser estudado, a pesquisa utilizar-se-á da observação direta que Silva (2001) define como a observação feita pelo próprio pesquisador ao utilizar os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade, sem a interferência de terceiros. A observação será a base para o contato e o levantamento das informações.

4. APRESENTANDO RESULTADOS

4.1 Proposições para a Bora

Expostas as condições atuais do acervo em termos de Infraestrutura e Segurança, com vistas a melhorar tais condições, trouxemos à luz do conhecimento técnico-científico os requisitos necessários ao cumprimento do nosso objetivo maior

que é inserir o acervo nas condições ideais. Na oportunidade, utilizamos como referência os parâmetros do CONARQ.

4.1.1 Infraestrutura

4.1.1.1 O Edifício

Atualmente a BORAA dispõe apenas basicamente de três áreas, sendo uma para atividades administrativas, uma para a biblioteca de fato (com um pequeno espaço reservado para o arquivo, e outros dois para os cordéis, cada um com 5,9 m²), e uma para os(as) pesquisadores(as). Vale salientar que esse espaço reservado exclusivamente ao público foi solicitação nossa, expressamente documentada (protocolada) em 2013, dentre outras atendidas de forma paliativa e outras ainda que não foram atendidas,

Antes de solicitação, não sobrava espaço para os usuários, haja vista que é preciso ter um espaço voltado exclusivamente para os pesquisadores, devidamente equipada com mesas grandes, cadeiras e computadores. Além disso, não sobra espaço atualmente também para o processamento técnico, devidamente equipado como deve ser: principalmente com mesas de higienização, por exemplo, que já foram inclusive solicitadas e, no entanto, o pedido foi negado.

Observa-se ainda que os espaços reservados ao arquivo (área dividida para quatro armários de aço, uma estante, dois carrinhos de transportar livros - que se quisermos entrar na sala é preciso retirar um deles) e aos cordéis (cada área dividida para três estantes de aço) são bastante restritos. Como dito anteriormente, cada espaço mede 5,9 m² aproximadamente, o que provoca desconforto e certa inviabilidade, por exemplo, ao abrir os armários de aço já existentes, manusear uma caixa arquivo e até mesmo apoiar um documento ao ser consultado, pois além de não ter, não caberia uma mesa de apoio.

A BORAA por possuir documentos arquivísticos e pelo seu caráter histórico-cultural e técnico-científico deve, portanto:

oferecer serviços e atividades para o público, possibilitar o trabalho técnico e administrativo e possuir áreas de depósito reservadas, com condições climáticas e de segurança especial. Assim, o edifício precisa ser planejado ou adaptado, prevendo-se os trabalhos relacionados com recolhimento, organização, arranjo, guarda, preservação e segurança do acervo, bem como atividades de pesquisa, educativas e culturais. Também devem ser previstas instalações e facilidades de acesso para deficientes físicos, sejam eles usuários ou funcionários (CONARQ, 2000).

Sendo assim, para essas atividades devem ser planejadas três áreas específicas:

Área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, totalmente vedada ao público [três salas, sendo uma para o arquivo, uma para a biblioteca e uma para o processamento técnico (procedimentos de tratamento documental) – todos devidamente equipados];

Área administrativa (uma sala para os servidores devidamente equipada), parcialmente vedada ao público e;

Área para os pesquisadores (uma sala com os devidos equipamentos, como: mesas grandes, cadeiras e computadores).

As condições e dimensões do terreno; as condições climáticas e outras características locais; o fluxo de trabalho e de atendimento ao público; e as considerações sobre os formatos dos documentos, volume do acervo e expectativa de crescimento, são fundamentais para orientar o programa arquitetônico. Por isso, faz-se necessário um bom planejamento tanto de estrutura e de suportes, como de materiais e equipamentos para o acervo.

4.1.1.2 A localização

A BORAA está situada no 1º andar do prédio da Reitoria da UEPB. É preciso ter muito cuidado, pois com a grande carga o piso pode ceder a qualquer momento, como já ocorreu com o arquivo de Gestão de Pessoas em 2011. E por se tratar de um “tesouro”, não se pode em hipótese alguma submeter este acervo a eventuais riscos que comprometam sua integridade física, pois uma vez comprometida, os danos são irreversíveis.

Para a BORAA devem ser evitadas, portanto, áreas propensas a perigos para a segurança e a preservação do acervo, como: terrenos próximos ao mar, rios ou locais sujeitos a inundações; terrenos úmidos; solos; terrenos com resíduos arenosos; proximidade com indústrias liberadoras de poluentes; proximidade com usinas; proximidade com linhas de alta tensão; proximidade com entrepostos (armazéns) de materiais inflamáveis e explosivos; terminais de tráfego aéreo e terrestre; e áreas de intenso tráfego sujeitas à poluição, trepidação e ruído.

O terreno propício deve ser seco, livre de risco de desabamentos, inundação e infestações de térmitas (cupim). Deve também, ter capacidade de suportar cargas e ser passível de expansão, haja vista a aquisição de novos acervos para a BORAA.

4.1.2 Segurança

4.1.2.1 Proteção contra fogo e água

Constatamos em 2013 que algumas localidades da BORAA apresentam infiltrações nas paredes, porém até a data de hoje (março de 2015) o problema ainda não foi solucionado. Vale salientar que os danos provocados pela água podem ocasionar destruição ao acervo tanto ou mais que o fogo, já que para o fogo há pelo menos os extintores de incêndios no corredor externo, mas para combater a água e/ou uma possível inundação?

Os cuidados com a BORAA são especiais. É notório. Nenhuma tubulação de água pode percorrer o interior dos depósitos (onde se concentra a biblioteca, o arquivo e as salas de cordéis) além daquelas destinadas aos aspersores automáticos ou *sprinklers* para a extinção do fogo (sugere-se a instalação dos mesmos, pois são os mais recomendados para depósitos de documentos). O acesso aos depósitos, e entre eles, deverá ser feito de forma independente, utilizando-se corredores e vestíbulos. É imprescindível a instalação de portas corta fogo com um metro de largura cada, facilmente empurradas conforme a norma, dotadas de resistência mínima de uma hora, protegendo o acesso aos depósitos. Corredores e escadas de emergência devem ter um mínimo de 1,20 m de largura.

Assim, recomenda-se que a instituição desenvolva um plano de salvamento e resgate das coleções em casos de desastre, a ser desenvolvido por uma equipe especialmente responsável pelo salvamento do acervo e incumbida da implantação e execução do plano de emergência, o qual estabelecerá a localização do acervo mais vulnerável e mais importante, e preverá o resgate, no caso de danos por fogo ou água. É também fundamental identificar e acionar empresas e especialistas que possam colaborar prontamente para recuperar o acervo que porventura seja danificado (CONARQ, 2000).

Maior segurança no acesso às áreas restritas também é recomendado. Sugere-se portas com sistema de tranca que possa ser aberto por dentro sem uso de chave, mas que só pode ser aberto por fora com o uso de chave.

4.1.2.2 Proteção contra roubo e vandalismo

A BORAA não dispõe de sistema de segurança específico. Há câmeras instaladas nos corredores, no depósito e na área administrativa (como em boa parte do prédio da reitoria), porém é preciso um sistema de segurança especial, por se tratar de um acervo valioso.

Então, recomenda-se que haja um circuito fechado de televisão, supervisionado por servidores da BORAA (já que não existe um sistema integrado de segurança), pois os danos causados ao acervo arquivístico e bibliográfico não se restringem somente aos fatores ambientais, químicos, físicos e biológicos, há também os danos causados por agentes humanos. Por esse motivo, as dependências da BORAA devem também ser bem iluminadas de maneira que a vigilância tenha uma visão livre de obstáculos. É importante que seja instalado também um sistema de alarmes para evitar risco de invasão e todas as aberturas e passagens protegidas por venezianas ou grades.

Quanto aos depósitos, estes devem estar especialmente protegidos, as janelas têm que ser providas de grades ou telas e, nenhuma porta externa pode abrir diretamente para seu interior.

Assim, identificado os problemas, apresentado as soluções, espera-se dos demais atores públicos – os que respondem pela Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida e Universidade Estadual da Paraíba (custodiadora do acervo documental) e todos os outros que somem esforços - atendimento urgente às solicitações, afinal, o compromisso com a memória cultural, com o patrimônio material e imaterial de relevância internacional, nesse caso, é de responsabilidade sobretudo do poder público.

4.1.3 Projetos: o técnico e científico caminhando juntos

Além de relatórios técnicos realizados em benefício da Biblioteca Átila, há um projeto científico de grande relevância. Também comprometido responsabilmente com a memória cultural, antecedeu nossos questionamentos e sugestões. É o único da Instituição – UEPB em curso e aprovado pelo Programa Nacional de apoio à Cultura do Ministério da Cultura.

Intitulado *TRANSFORMAR TESOURO EM PATRIMÔNIO*, o projeto de autoria da Prof^a Dr^a Joseilda de Sousa Diniz – atual consultora da PROCULT à disposição

da BORAA, tem como objetivos técnicos: criar um laboratório de restauração, higienização e digitalização de documentos dentro da própria BORAA, possibilitando o acesso à informação nas melhores condições de pesquisa para o público acadêmico-científico em geral.

O projeto em sua totalidade revela a real preocupação em preservar a memória das obras raras custodiadas pela instituição, com vistas a evitar o máximo possível de deterioração e degradação dos documentos (muitos deles em pouco tempo ficarão indisponíveis devido ao estado crítico de seus suportes degradados que culminam na perda de informações) à medida que as autoridades competentes não tomam providências úteis.

Como podemos observar, o técnico e o científico se complementam e, ambos, dependem da vontade dos atores públicos, ou seja, não mais dos que cumprem seu papel ao reivindicar melhorias (técnico e científico), mas dos atores que elencam e determinam as prioridades. Cabe, portanto, às consciências da administração despertar para o compromisso responsável com a memória cultural.

4.1.4 A Biblioteca Átila

A BORAA, no que concerne o seu acervo, seja o de Cordel, seja o de coleções de revistas, jornais e livros raros, bem como o acervo arquivístico, destaca-se enquanto patrimônio cultural material e imaterial, segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003, pela UNESCO.

Os procedimentos de catalogação, indexação, entre outros tratamentos necessários à salvaguarda de acervos raros, tais como, os realizados no campo da Biblioteconomia são sim indispensáveis à BORAA; porém, está muito aquém do tratamento ideal que deve ser feito, com todas as peculiaridades que o caráter de seu valor exige.

Há que se ressaltar que uma das políticas de gestão de um patrimônio do porte da BORAA deve pautar-se não somente em critérios técnicos, mas aliar, além de conhecimentos científicos, experiências, saberes e fazeres de uma equipe multidisciplinar, capaz de intercambiar experiências, construir projetos, empreender ações que deem acesso ao conhecimento nas melhores condições que as tecnologias da informação e da comunicação nos possibilitam no século XXI.

A construção de um equipamento cultural como o Museu de Arte Popular da Paraíba pela UEPB, dedicado às poéticas orais, a exemplo da cantoria, do cordel, da xilogravura, bem como, do artesanato, habilidades oriundas de práticas de saberes e fazeres transmitidos de geração à geração vem ressaltar, tão somente, a importância da representatividade desses conhecimentos empíricos de um povo, fazendo do MAPP uma vitrine do patrimônio cultural e imaterial de seu povo através de documentos autênticos presentes na BORAA. Seria no mínimo necessário, por sua vez, que a BORAA também desfrutasse de um espaço pensado exclusivamente para sua importância, sobretudo para a fragilidade e raridade de seu acervo.

Os problemas levantados nesta pesquisa refletem nitidamente a ausência de políticas públicas próprias para a BORAA. A improvisação de sua instalação que já dura dez anos no 1º andar da Administração Central, é só um exemplo das ações paliativas com as quais é tratada, resultado do desconhecimento técnico ou pouca responsabilidade com a integridade do acervo, tomando o exemplo do que aconteceu com o Arquivo de Gestão de Pessoas anos atrás que por estar situado no 1º andar devido ao grande peso o piso cedeu, chegando próximo de um desabamento.

5. CONCLUSÃO

Geralmente instituições públicas ou privadas, mantenedoras de espólios contendo obras raras, apresentam, no mínimo, finalidades e missões oficialmente descritas. Apesar dos avanços realizados, nos últimos anos, no que diz respeito às políticas públicas de gestão de patrimônio cultural e imaterial, a BORAA, por sua vez, além de não ter claramente definidas políticas públicas exclusivamente voltadas para seus acervos (bibliotecários e arquivísticos), está vinculada a administração do SIB (Sistema Integrado de Bibliotecas) da Universidade Estadual da Paraíba, cujas finalidades e gestão diferem da realidade destinada aos acervos raros que exigem tratamento especial e diferenciado.

A BORAA deve ser compreendida dentro de uma visão mais ampla do que a meramente técnica (“limpar”, “identificar”, “arrumar”). A UEPB é detentora de um “tesouro” material e imaterial que requer políticas públicas efetivas e eficazes a fim de proteger, preservar e conservar o estado físico do acervo contra danos irreparáveis como roubos, incêndios, inundações e até mesmo deterioração do próprio acervo por falta de tratamentos adequados que garantam sua longevidade, com vistas a viabilizar a disseminação da informação tanto nas novas tecnologias como nas formas tradicionais de pesquisa.

A este respeito, a existência do projeto *Transformar Tesouro em Patrimônio*, apresentado em 2012 ao Ministério da Cultura na Plataforma Salic Web, através da Lei Rouanet (isenção fiscal), vem ressaltar a importância e o zelo que se deve ter no tratamento de patrimônios imateriais, da memória cultural que cobrem séculos da história cultural de um povo, de sua cultura oral e escrita; por isso, devendo ser preservada e transmitida para as novas gerações com critérios bem específicos. Embora o projeto não tenha conseguido captar os recursos necessários a sua realização e implantação técnica (implantação do laboratório de conservação e restauro), sua aprovação pelo Ministério da Cultura através do parecer favorável dado pela Biblioteca Nacional corrobora, sobretudo, da relevância desse espólio e da urgência das ações a serem empreendidas na BORAA, quer sejam de infraestrutura e segurança como esta trabalho propôs, que sejam de restauração, digitalização entre outros; como também, ações ligadas ao ensino, pesquisa, extensão, assim como de intercâmbio e de promoção cultural.

REFERÊNCIAS

- A história da memória.** Disponível em: <www.eps.ufsc.br/disciplinas/fialho/consciência/congresso/Memoria.html>, acesso em: 20/12/2014
- BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche e a genealogia da memória social.** Em GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (orgs.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Memória e Família.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. J. 1989. p. 29-42, Janeiro, vol. 2, n. J. 1989. p. 29-42,
- BARTLETT, Frederic.C harles . **Remembering; a Study in Experimental and Social Psychology** . Cambridge: Cambridge University Press , 1961.
- BOSI, E. **Memória e sociedade.** Lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BRETTAS, Aline Pinheiro. **A Biblioteca Pública: um papel determinado e determinante na sociedade** , UFMG, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Helóisa Liberalli (orgs.). **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos, 1996.
- CHIZZOTI, Antonio. Etnografia. In.: CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- COLOMBO, Fausto. **Arquivos imperfeitos.** São Paulo: Perspectiva, 1980.
- CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais.** Trad. de Viviane Ribeiro. Baurú: EDUSC, 2002.
- ETERNO, Darina. **Arquivos Conceitos e Princípios.** Disponível em <www.professordarian.com.br> acesso em 13/01/2015
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira:** fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930. Belo Horizonte, 1981. 113 f. Dissertação [Mestrado em Administração de Bibliotecas] – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Os lugares da memória**. Disponível em: <www.miniweb.com.br>, acesso em: 20/12/2014.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte, MG, 2008.

MARQUES, Amélia. **Arquivos nas Ciências da Informação**. <<http://ameliamarques.web.simplesnet.pt/origem.htm>>, acesso em 10/01/2015.

MARQUES, Reinaldo. **O Arquivamento do Escritor**. In: **Arquivos Literários**. Orgs. Eneida Maria de Souza e Wander Mello Miranda. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **O Arquivo Literário Como Figura Epistemológica**. UFMG, matraga, Rio de Janeiro, v.14, n.21, jul./dez. 2007.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 3. ed. rev. e aum. São Caetano do Sul: Ateliê, 1997. 271p.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002. 116p.

_____. **O que é biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos). 107p.

_____. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

MOLES, Abraham Antoine. **Sociodinâmica da cultura**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

NIETHAMMER, Lutz. **Conjunturas de identidade coletiva**. In Revista **Projeto História**, n. 15. São Paulo: Educ, 1997.

NOGUEIRA, Maria das Graças Fernandes. **Literatura, história e memória em ação: o texto em construção**. Disponível em: <http://www.revistatxt.teiadetextos.com.br/08/artigo_graca.html>, acesso em: 10/01/2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, 1993.

PAES, Marilena Leita. **Arquivo teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PAIXÃO, Sofia. **Memória**. E-Dicionário de Termos Literários. Disponível em: <www.fcsch.unl.pt/edtl>, acesso em: 012/01/2015.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SANTOS, Myrian Sepulveda, **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo, Annablume, 2003.

SCHELLENBERG, T.R., **Arquivos Modernos** Princípios e Técnicas. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed, rev e atual. Cortez Editora. São Paulo, SP, 2008

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Susie Barreto da. **A importância das raízes culturais para a identidade cultural do indivíduo**. <<http://www.blogartecultura.blogspot.com/p/meusartigos.html>>, acesso em: 05/02/2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003. 96 p.

APÊNDICE

APÊNDICE – MAXIMIZANDO AS CONDIÇÕES ATUAIS DA BORAA

1. O acervo está instalado num edifício adequadamente construído e bem mantido?

RE: *Não. O acervo se encontra no 1º andar, num espaço físico insuficiente e improvisado, que não dispõe do espaço necessário, o que impede realizar procedimentos técnicos e receber pesquisadores, deixando assim de cumprir o seu papel de servir à Pesquisa, à Cultura e à História.*

2. O edifício que abriga o acervo é vedado contra água e pode oferecer proteção básica ao acervo?

RE: *Não. As paredes possuem infiltrações, não são, portanto, vedadas contra água, o que pode oferecer riscos ao acervo.*

3. Um plano de gerenciamento do edifício foi projetado e é frequentemente revisto para atualizar as prioridades e encaminhar progressos na implementação de recomendações?

RE: *Não. O edifício não foi projetado, não é frequentemente revisto e as prioridades não foram atendidas, conseqüentemente não houve encaminhamento de progressos relevantes.*

4. O edifício usado para abrigar o acervo é regularmente inspecionado? Todas as potenciais ameaças ao acervo, advindas de, por exemplo, tubulações internas, portas ou janelas com encaixe defeituoso, são identificadas e avaliadas?

RE: Não, o edifício não é inspecionado regularmente. Os pedidos de reparos nas tubulações internas e janelas já foram solicitados, porém nenhum pedido foi atendido.

5. As instalações e os equipamentos são inspecionados periodicamente pelos funcionários?

RE: Sim. Entretanto, somente pela equipe técnica da BORAA, e quando necessário, busca-se intervenções exteriores.

6. Há um cronograma de manutenção rotineira dos edifícios e equipamentos?

RE: Não.

7. Um arquiteto, inspetor ou outra pessoa competente faz regularmente um relatório descrevendo o estado do edifício, e há um plano de ação para implementar as recomendações sugeridas?

RE: Não. Não se faz relatório de descrição do estado físico do edifício, porém há o plano de ação para conservação do acervo criado recentemente, que foi, inclusive, encaminhado ao Magnífico Reitor.

8. Relatórios sobre as condições do edifício são usados no planejamento de melhorias ou alterações significativas e na revisão de planejamentos?

RE: Sim. E através deles são planejadas as melhorias.

9. São mantidos registros de todas as obras, manutenções e inspeções no edifício?

RE: Não há registros oficiais de tais ações.

10.A equipe responsável pelo acervo é notificada com antecedência sobre qualquer obra no edifício, para que possa instruir os prestadores de serviço que forem trabalhar no local?

RE: *Sim.*

11.Um conselho consultivo de preservação ou serviço de consultoria é acionado no planejamento de qualquer obra no edifício?

RE: *Não.*

4.1.2 SEGURANÇA

1. Os procedimentos e normas de segurança estão em ordem e em vigência?

RE: *Não há procedimentos, nem normas de segurança, estabelecidos para a BORAA.*

2. Uma avaliação de segurança é feita a intervalos regulares e todos os riscos, particularmente os riscos ao perímetro do edifício, são notificados?

RE: *Não.*

3. O acesso às chaves e aos códigos de segurança é estritamente controlado?

RE: *O acesso às chaves sim. Apenas a Equipe Técnica da BORAA tem acesso, ou melhor, somente a equipe “deve” ter acesso. Além disso, a Biblioteca não dispõe de nenhuma outra forma de segurança, ou seja, que evite acessos sem autorização prévia.*

4. Um sistema de detecção de presença está instalado? São conectados à polícia ou a outro serviço de monitoramento apropriado?

RE: *Não. Sistema inexistente.*

5. Uma avaliação anual de segurança, incluindo recomendações para melhoramentos, é apresentada à administração e mantida sob inspeção para verificar até que ponto as recomendações foram implementadas?

RE: *Não.*

6. Todas as vias de acesso ao interior do edifício tais como portas, elevadores, escadas e janelas, podem ser fechadas com segurança?

RE: *Não. A única “segurança” da BORAA são portas.*

7. Todas as portas que dão acesso a áreas de reservas técnicas são de construção sólida, perfeitamente encaixadas e equipadas com trancas, e o acesso às suas chaves é controlado?

RE: *Não.*

8. As portas que dão acesso a áreas restritas são equipadas com sistema de tranca que pode ser aberto por dentro sem uso de chave, mas que só pode ser aberto por fora com o uso de chave?

RE: *Não.*

9. O acesso a reservas técnicas é restrito à equipe competente e a outras pessoas autorizadas acompanhadas por membros dessa equipe?

RE: *Sim.*

10. Medidas especiais são tomadas para manter níveis apropriados de segurança quando prestadores de serviço estão no local, especialmente fora do horário normal de funcionamento?

RE: *Não há medidas especiais para manter níveis apropriados de segurança.*